

Estudo Técnico Preliminar

1. Informações Básicas

Número do processo: 02000.005548/2021-12

2. informações Adicionais

O presente estudo refere-se à contratação de serviços de transporte terrestre para atender às necessidades do Ministério do Meio Ambiente, em deslocamentos oficiais dos seus servidores nas regiões nordeste, norte e sul do Brasil, quando em viagens institucionais.

Visando iniciar os estudos preliminares para a contratação o Gabinete do Ministro, elaborou o Ofício nº 4393/2021, o qual justificou a necessidade da contratação do serviço, com base na Instrução Normativa nº 3 de 15 de maio de 2008 da SLTI/MPOG e Decreto nº 9.287 de 15 de fevereiro de 2018 e Decreto nº 9.507 de 21 de setembro de 2018.

Vale registrar que este Estudo é o segundo ETP no processo 02000.005548/2021-12, cujo primeiro ETP recebeu o número 27/2021 no sistema. Ocorre que após tratativas do Gabinete do Ministro e Secretaria Executiva a respeito dos serviços, resolveu-se manter o atual contrato de serviços de transportes do MMA (eventual para Centro Oeste e Sudeste, e permanente), e contratar apenas o serviço eventual para as regiões NORDESTE, NORTE e SUL. Além disso, houve novas definições como características dos veículos (removendo blindagem) e dos serviços (potência do motor, quantidade de diárias).

3. Referência Legal

Partindo do princípio da Legalidade, que sempre deve nortear as ações da Administração Pública, foram analisados, principalmente, os Instrumentos Legais abaixo relacionados:

- Instrução Normativa 05/2017 – Ministério do Planejamento e Gestão. (Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional).
- Instrução Normativa 07/2018 – Ministério do Planejamento e Gestão. (Altera a IN 05/2017).
- Lei Nº 8.666/1993 (institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências).
- LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997. (Institui o Código de Trânsito Brasileiro).
- Caderno de Logística, para área de transporte, do Ministério do Planejamento de 2014 (Guia de Orientação sobre os aspectos gerais na contratação de Serviços de Transporte com fornecimento de veículo e mão de obra no âmbito da Administração Pública Federal Direta, Autarquias e Fundações Públicas).
- Instrução Normativa Nº 10 de 23 de novembro de 2018 (Estabelece diretrizes e procedimentos para utilização do serviço de transporte terrestre, por demanda, pelos

servidores, empregados e colaboradores a serviço dos órgãos e entidades da Administração Pública direta, autárquica e fundacional, no âmbito do Poder Executivo federal, localizados no Distrito Federal e entorno).

4. Objeto

Contratação de serviços de transporte terrestre de veículo automotor, com e sem motorista, em caráter eventual, para atender as necessidades do Ministério do Meio Ambiente, em deslocamentos oficiais dos servidores, nas regiões Nordeste, Norte e Sul do Brasil.

A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante neste Estudo, facultando-se ao licitante a participação em um ou mais grupos de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que compõem o grupo.

O critério de julgamento adotado será o menor preço GLOBAL do grupo, observadas as exigências contidas no instrumento convocatório e seus anexos.

5. Descrição da necessidade

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

A contratação em questão auxiliará o cumprimento da missão institucional do MMA: “Formular e assegurar a execução de políticas públicas para a gestão sustentável dos ambientais, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico do País.”

O transporte para autoridades está fundamentado na Instrução Normativa nº 3 de 15 de maio de 2008 da SLTI/MPOG e Decreto nº 9.287 de 15 de fevereiro de 2018.

Contratação amparada pelo Decreto nº 9.507 de 21 de setembro de 2018, que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

O serviço de locação de veículo eventual destina-se as autoridades e demais servidores do Órgão, em apoio às tarefas ligadas à fiscalização, participação em congressos, conferências, reuniões técnicas, viagens institucionais, nas demais regiões do país.

O MMA não possui frota de veículos próprio para atendimento das demandas de transporte, tendo em vista que foi realizado o desfazimento dos veículos oficiais deste órgão, em conformidade com a Portaria nº 06, de 15 de janeiro de 2018.

Conforme apontado na Lei nº 9.632, de 07/05/1998, extinguiu-se o cargo de Motorista Oficial, razão pela qual poderá ser instruído procedimento licitatório, com vistas a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte, contemplando a referida mão de obra.

Justifica-se a contratação dos serviços pretendidos por meio de locação de veículos de transporte terrestre, ainda, pelos seguintes motivos:

Por se tratar de uma excepcionalidade, prevista no I do parágrafo 2º do art. 1ª da Instrução Normativa nº 02 de 20 de fevereiro de 2017, que regula o serviço de agenciamento de transporte terrestre de pessoal a serviço dos órgãos da Administração Pública Federal.

Justificativa da contratação:

As políticas públicas do MMA tem como objetivo promover a adoção de princípios e estratégias para o conhecimento, a proteção e a recuperação do meio ambiente, o uso sustentável dos recursos naturais, a valorização dos serviços ambientais e a inserção do desenvolvimento sustentável na formulação e na implementação de políticas públicas, em todos os níveis e instâncias de governo e sociedade.

Importante ressaltar, ainda, que pelo Decreto nº 10.455 de 11 de agosto de 2020, constituem área de competência do Ministério de Meio Ambiente os seguintes assuntos:

- Política nacional do meio ambiente;
- Política de preservação, conservação e utilização sustentável de ecossistemas, biodiversidade e florestas;
- Estratégias, mecanismos e instrumentos econômicos e sociais para a melhoria da qualidade ambiental e o uso sustentável dos recursos naturais;
- Políticas para a integração do meio ambiente e a produção econômica;
- Políticas e programas ambientais para a Amazônia;
- Estratégias e instrumentos internacionais de promoção das políticas ambientais;
- Zoneamento ecológico econômico.

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) tem como função precípua traçar estratégias e definir instrumentos internacionais de promoção das políticas públicas para todas as temáticas de impacto ambiental.

Nesse sentido, a missão do Ministério consiste na articulação entre os governos federal, estaduais, distrital e municipais e a sociedade civil no estabelecimento de diretrizes e na execução de ações e programas a proteção e a recuperação do meio ambiente, o uso sustentável dos recursos naturais, a valorização dos serviços ambientais e a inserção do desenvolvimento sustentável na formulação e na implementação de políticas públicas.

Integram a estrutura o Ministério o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama; o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio; e o Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro – JBRJ.

IBAMA e ICMBio exercem atividades de combate à ilícitos ambientais em todas as unidades federativas, que, com frequência, contam com as participações do Sr. Ministro.

Ademais, os servidores do MMA utilizam serviços de transporte para realizarem serviços institucionais pelo MMA, e para tanto utilizam TAXIGOV, e onde não há disponibilidade ou atividades com características especiais, utilizam serviços com este ora contratado.

6. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Gabinete do Ministro de Estado do Meio Ambiente	José Leonardo Maniscalco
Coordenação-Geral de Gestão Administrativa	Anne Gracielle da Silva Roque

7. Descrição dos Requisitos da Contratação

Da execução indireta:

O Decreto nº 9.507/2018, dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União, estabelece:

Art. 3º Não serão objeto de execução indireta na administração pública federal direta, autárquica e fundacional, os serviços:

I - que envolvam a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle;

II - que sejam considerados estratégicos para o órgão ou a entidade, cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias;

III - que estejam relacionados ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção; e

IV - que sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da entidade, exceto disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal.

§ 1º Os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios de que tratam os incisos do caput poderão ser executados de forma indireta, vedada a transferência de responsabilidade para a realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o contratado.

Estando o serviço que se pretende contratar acolhido pelo normativo supracitado, decide-se por instruir o processo para análise da viabilidade da sua execução indireta, mediante de contratação de empresa(s) que cumpra(m) os requisitos a seguir elencados.

Requisitos necessários ao atendimento da necessidade:

Para o atendimento das necessidades desta Contratação, ressalta-se a observação dos seguintes itens:

- Que disponha ao tomador dos serviços de veículos nas condições e especificações estabelecidas no Termo de Referência;
- Que na composição dos preços de cada item da contratação (Regiões do país) tragam as quantidades estimadas de demandas (por diária), contendo todas despesas necessárias para os serviços. Custos com manutenção, seguro total, seguro obrigatório, licenciamento, e quando for o caso, TAGs para estacionamentos, pedágios, despesas com combustível e limpeza.

Natureza do serviço:

Estes são serviços contínuos e relacionados ao transporte em serviço, que contribuirão, diretamente, para atender às demandas da sociedade junto ao Ministério do Meio Ambiente, colaborando com o desenvolvimento das atividades finalísticas do órgão.

Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507/2018, que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. Constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

Os serviços objeto do(s) pretendido(s) contrato(s), têm o intuito de dar apoio às atividades indispensáveis ao funcionamento do MMA, tratando-se de serviços de menor complexidade. A natureza desses serviços vem a ser contínua, nos moldes definidos pelo art. 15 da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5/2017, uma vez que sua interrupção pode comprometer a continuidade das atividades da Administração.

Assim, a contratação objeto deste Estudo será executada sem descontinuidade e cuja interrupção ensejaria potenciais prejuízos ou transtornos a entidade contratante. Por tais motivos se prolongam no tempo, caracterizando-se pela prática de atos reiterados num período mais ou menos longo. Trata-se de serviços prestados de maneira ininterrupta e indiferenciada ao longo do tempo.

Complementarmente, em revisão a doutrina, temos:

Renato Geraldo Mendes, em sua obra *Lei de Licitação e Contratos Anotada*, 4º ed., p. 177, observa que:

“Serviços contínuos são aqueles serviços auxiliares, necessários a Administração para o desempenho de suas atribuições, cuja interrupção possa comprometer a continuidade de suas atividades e cuja contratação deva estender-se por mais de um exercício”.
(MENDES, 2002, p. 177)

Para Marçal Justen Filho, são contratos de execução continuada:

“Aqueles que impõem à parte o dever de realizar uma conduta que se renova ou se mantém no decurso do tempo. Não há uma conduta específica e definida cuja execução libere o devedor (excluídas as hipóteses de vícios redibitórios, evicção, etc.). Assim se passa, por exemplo, com o contrato de locação. O locador deve entregar o bem locado ao locatário e assegurar-lhe a integridade da posse durante o prazo previsto”. (JUSTEN FILHO, 1998, p. 154)

A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

Verifica-se ainda, que a presente contratação pode ser objetivamente especificada por meio de padrões usuais de mercado. Desta forma, o objeto pode ser classificado como serviço comum, segundo a Lei nº 10.520/02 em seu art. 1º, Parágrafo único, in verbis:

"Art. 1º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.

Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado."

Duração inicial do contrato:

O contrato decorrente deste processo terá duração de 12 (meses), podendo ser prorrogado por até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja interesse de ambas as partes.

8. Análise das Contratações Anteriores

O MMA realizou em 2019 o Pregão Eletrônico 06/2019, que resultou na contratação da empresa Fast Automotive e Turismo Ltda, Contratos de números:

- a. 1. 02/2020 para disponibilidade de veículos básico e executivo, em caráter eventual, com motorista e sem motorista, incluindo combustível, nas regiões Centro Oeste e Sudeste, mensurado por diárias; e
- b. 2. Contrato nº 01/2020 para disponibilidade de veículo de representação, em caráter permanente, com motorista, incluindo combustível, no Distrito Federal e entorno, mensurado por quilômetro rodado mensal, com franquia garantida mensal.

O pregão 06/2019 não obteve propostas válidas para as Regiões Nordeste, Norte e Sul, para veículos básico e executivo, mensurado por diárias.

Anteriormente ao Pregão Eletrônico 06/2019, o MMA firmou o Contrato nº 03/2019, para disponibilidade de veículos executivo, blindado, sem motorista no âmbito do Distrito Federal e entorno, na modalidade fixo, e para os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, mensurados por diárias.

As contratações realizadas possuíam modelos diferentes, em função da necessidade da administração, à época. Assim, foi possível identificar os pontos positivos de cada contrato, para em função do presente estudo, melhor adequar a solução à necessidade do MMA e às soluções existentes no mercado.

9. Levantamento de Mercado

Analisando as licitações disponíveis no Compras Governamentais e as contratações anteriores do MMA, identificamos dois modelos de contratação para locação de veículos:

Solução 1: Utilização de frota própria de veículos, comprados por licitação e que constam como parte do patrimônio da instituição, utilizando equipe de motoristas servidores do MMA, na condução dos veículos.

Para a Administração Pública, a aquisição de veículos pode ser uma opção mais vantajosa nas seguintes hipóteses:

1. Caso o órgão público possua expertise no gerenciamento das atividades supracitadas, sendo a gestão de frotas uma atividade próxima de sua atividade-fim;
2. a atividade fim do órgão exponha os veículos utilizados a riscos frequentes de deterioração (como acontece com veículos utilizados pelas forças de segurança);
3. o órgão público tenha a necessidade de manter veículos sob sua propriedade por decisão estratégica.
4. o mercado de locação não exista para o veículo pretendido ou seja desinteressante economicamente (como para veículos utilitários de carga pesados e caminhões, devido ao altíssimo custo de aquisição dos veículos).

Em contrapartida, com a aquisição de veículo, fica à cargo do governo a gestão e o custo das seguintes atividades:

1. A aquisição em si
2. Contratação da blindagem veicular
3. Gestão da Manutenção e limpeza
4. Reposição de Pneus
5. Reposição de Peças
6. Gestão das Documentações
7. Aquisição e Gestão dos Seguros
8. Gestão de Veículos Indisponíveis
9. Gestão da Renovação da Frota

VALORES PARA A SOLUÇÃO 1:

- Compra Veículos e vida útil do veículo e sua depreciação:

Os valores de veículos foram obtidos na tabela Fipe de dezembro de 2022 e contratações na administração pública, conforme tabela abaixo.

A taxa de depreciação de um veículo, conforme tabela de cálculo da Receita Federal é de 20% ao ano, ou seja, de 5 anos.

Assim, os valores abaixo para aquisição e depreciação anual são os seguintes:

	Veículos tipo executivo (tabela fipe)	Veículo tipo básico (tabela fipe)
	161.745,00 (Honda – Civic Sedan)	84.089,00 (GM – Onix Sedan Plus)
	165.950,00 (Toyota – Corolla)	81.844,00 (GM – Onix Hatch)
	135.665,00 (GM – Cruze LTZ)	73.485,00 (Renault – Sandero)
Valor médio (R\$)	154.453,00	79.806,00
Valor da depreciação de 20% ao ano.	(30.890,60)	(15.961,20)

Compra e gestão contratual para o fornecimento de Combustível e manutenção veicular:

Combustível mensal percorrendo aproximadamente 1.500 km/mês: R\$ 1.300,00

Rateio da manutenção anual de um veículo (manutenção preventiva, manutenção corretiva, lavagem e socorro), considerando a despesa anual de R\$ 4.430,00: aproximadamente R\$ 369,16. Os valores foram obtidos em contrato de gestão de frota do IBAMA, contendo 322 veículos ao custo estimado anual de R\$ 1.426.532,09.

Veículo	Qtd.	Valor Aquisição	Custo com a depreciação	Valor da Manutenção	Valor total
Veículos tipo básico	01	79.806,00	15.961,20	4.430,00	100.197,20
Veículos tipo executivo	02	154.453,00	30.890,60	4.430,00	189.773,60
Despesas com mão de obra e custo com o combustível anual					49.743,00
TOTAL veículo tipo básico					149.940,20
TOTAL veículo tipo executivo					239.516,60

Na presente análise foi considerado o custo de aquisição, a qual a análise será efetivada em comparação à contratação eventual, no caso por diária dos serviços.

O valor para as despesas com mão de obra e com o combustível, foi considerado o seguinte cálculo:

Para condutores dos veículos, foi considerado 01 servidor para cada veículo, uma vez que a presente contratação em estudo, será necessário condutores eventualmente em alguns itens que compõe os grupos.

No caso em função do cargo de motorista ser considerado uma atividade sujeita a terceirização na Administração Pública, utilizamos como base o valor do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS 101 2, no valor de R\$ 3.440,75. Assim o valor anual para 01 condutor perfaz em R\$ 41.289,00. Por se tratar de comparativo de demandas eventuais em 03 regiões do país, que no caso ocorrerão por diárias no ano, para simplificar o cálculo e comparativo, mesmo que a situação incorra em outros custos, como diárias e viagens no caso de deslocamento do motorista, para efeito de comparativo, estes custos não serão incluídos, para simplificar a presente análise.

Para as despesas de combustível, foi considerado que cada veículo percorrerá, 04 diárias mensais, 1.000 km. Foi considerado que o consumo médio de 1 litro por 10 km e o valor médio do combustível, gasolina, em R\$ 7,045, de acordo com a média dos valores para as três regiões em março, (Nordeste R\$ 7,196; Norte R\$ 7,112, e Sul R\$ 6,827 no período de 27/03/2022 a 02/04/2022 - Valores ANP). Assim, a despesa anual de combustível ficará aproximadamente em R\$ 8.454,00. A soma do valor do combustível e da despesa com mão de obra anual, totaliza em R\$ 49.743,00.

Dessa forma a despesa para compra de apenas um veículo, independentemente se computarmos a compra de outros veículos para todas as regiões que necessitam dos serviços, perfaz em: R\$ 149.940,20 para veículo tipo básico e de R\$ 239.516,60 para veículo tipo executivo.

Por essa razão, sob o ponto de vista da economicidade, **a aquisição de veículos não é a melhor opção** a ser adotada de forma exclusiva pela Administração para o transporte de servidores, em especial quando comparada à solução de locação veicular, com o gerenciamento da frota por conta da contratada.

Solução 2: Terceirização, através de realização de licitação para contratação de empresa de locação de veículos com e sem motorista, e responsabilização total sobre todas as despesas de manutenção, seguro, depreciação, impostos, desde que atenda às necessidades da instituição apenas a partir da demanda por diária ou permanente, que no caso será mensurado mensalmente.

O modelo de locação de veículos, por sua vez, resulta na terceirização do serviço, tendo em vista que a empresa contratada disponibiliza o veículo para o órgão contratante, mediante pagamento por diária. Sua principal vantagem está no fato de que esta solução inclui, além do uso do veículo, a gestão da manutenção, as peças de reposição, pneus, seguros, impostos, gestão da documentação, prazos e parâmetros para substituição definitiva do veículo, tudo sob a responsabilidade da empresa contratada. Por essa razão, a locação de veículos tem sido a opção recorrente dos órgãos públicos, que demonstra que tais contratações diferenciam-se apenas pela adoção de franquias de quilometragem livres ou com valor determinado pela diária.

A estimativa de preços para a presente contratação, conforme valores definidos em tópico do presente estudo, perfaz no valor total estimado de R\$ 138.403,68 (cento e trinta e oito mil, quatrocentos e três reais e sessenta e oito centavos), assim distribuídos considerando os valores para veículos eventuais (por diária).

GRUPO 1 - (REGIÃO NORDESTE - EVENTUAL)	ITEM	DESCRIÇÃO	QTD. DIÁRIAS ANUAL	VALOR UNIT. DA DIÁRIA	VALOR TOTAL ANUAL
	1	Veículo executivo sem motorista	15	R\$ 745,00	R\$ 11.175,00
	2	Veículo executivo com motorista	15	R\$ 1.213,48	R\$ 18.202,20
	3	Veículo comum (básico) sem motorista	15	R\$ 360,00	R\$ 5.400,00
	4	Veículo comum (básico) com motorista	15	R\$ 679,45	R\$ 10.191,81
	VALOR GLOBAL - GRUPO 1				R\$ 44.969,01

	ITEM	DESCRIÇÃO	QTD. DIÁRIAS ANUAL	VALOR UNIT. DA DIÁRIA	VALOR TOTAL ANUAL
	5	Veículo executivo sem motorista	15	R\$ 770,00	R\$ 11.550,00

GRUPO 2 - (REGIÃO NORTE - EVENTUAL)	6	Veículo executivo com motorista	15	R\$ 1.461,83	R\$ 21.927,40
	7	Veículo comum (básico) sem motorista	15	R\$ 371,67	R\$ 5.575,00
	8	Veículo comum (básico) com motorista	15	R\$ 863,45	R\$ 12.951,81
	VALOR GLOBAL - GRUPO 2				R\$ 52.004,21

GRUPO 3 - (REGIÃO SUL - EVENTUAL)	ITEM	DESCRIÇÃO	QTD. DIÁRIAS ANUAL	VALOR UNIT. DA DIÁRIA	VALOR TOTAL ANUAL
	9	Veículo executivo sem motorista	15	R\$ 770,00	R\$ 11.550,00
	10	Veículo executivo com motorista	15	R\$ 895,25	R\$ 13.428,71
	11	Veículo comum (básico) sem motorista	15	R\$ 373,33	R\$ 5.600,00
	12	Veículo comum (básico) com motorista	15	R\$ 723,45	R\$ 10.851,75
	VALOR GLOBAL - GRUPO 3				R\$ 41.430,46

VALOR GLOBAL DA CONTRATAÇÃO	R\$ 138.403,68
------------------------------------	-----------------------

Dessa forma, considerando o valor estimado para a contratação dos três grupos, de R\$ 138.403,68, comparando-se apenas com a aquisição de apenas um veículo (R\$ 149.940,20 para veículo tipo básico e de R\$ 239.516,60 veículo tipo executivo), conclui-se que **a contratação por meio de locação é vantajosa** em comparativo com a solução 1 (aquisição de veículos), que conforme exposto acima o investimento é muito superior.

Análise e Escolha Entre as Soluções Existentes

Ao apreciar as soluções, ponderando-se os custos de cada uma delas, assim como os preceitos legais implícitos em cada uma das opções, entende-se como formato mais adequado o apresentado pela solução 2, terceirização da locação dos veículos. Uma vez que o cálculo acima foi realizado sem considerar os custos para realização de processos licitatórios para aquisição veicular e de manutenção veicular e gestão de frota, Além do fato que a administração pública avança para redução de força de trabalho na área administrativa (atividade meio), visando atentar ao máximo nas atividades fins para o melhor atendimento ao bem comum.

Vale destacar que o MMA já manteve em anos anteriores frota própria de veículos e equipe de servidores nas funções de motoristas, e posteriormente contratação dos serviços de locação com e sem motoristas, no caso Contrato nº 02/2020 para disponibilidade de veículos básico e executivo, sem blindagem, em caráter eventual, com motorista e sem motorista, incluindo combustível; e o Contrato nº 01/2020 para disponibilidade de veículo de representação, em caráter permanente, com motorista, incluindo combustível, no Distrito Federal e entorno, mensurado por quilômetro rodado mensal, com franquia garantida mensal, que em suma atendem de forma mais satisfatória e com resultados imediatos à necessidade dos trabalhos.

10. Descrição da solução como um todo

Contratação de serviços de transporte terrestre de veículo automotor, com e sem motorista, despesas de combustível, em caráter eventual, para atender as necessidades do Ministério do Meio Ambiente, em deslocamentos oficiais dos servidores, nas regiões nordeste, norte e sul do Brasil.

A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante neste Estudo, facultando-se ao licitante a participação em um ou mais grupos de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que compõem o grupo

O critério de julgamento adotado será o menor preço GLOBAL do grupo, observadas as exigências contidas no instrumento convocatório e seus anexos.

O contrato decorrente terá duração de 12 (meses), podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja interesse de ambas as partes.

A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por Preço Unitário. Uma vez que os serviços contratados são realizados em quantidade e podem ser mensurados por unidades de medida, cujo valor total do contrato é o resultante da multiplicação do preço unitário pela quantidade e tipos de unidades contratadas, nos termos do art. 6º, inciso VIII, alínea "b", da Lei nº 8.666/1993.

No caso da prestação do serviço em outras localidades do país, em que a empresa não possuir sede ou filiais, admitir-se-á a possibilidade de subcontratação de empresa devidamente comprovada e tecnicamente competente para a realização dos serviços, ficando desde já estabelecido que as condições e obrigações contratuais dar-se-ão, incontinenti e incondicionalmente, entre as partes contratantes, ou seja, ficando a empresa a ser contratada inteiramente responsável pela integridade e execução dos serviços, bem como pelo faturamento, recebimento e quitação pelos serviços prestados

O(s) adjudicatário(s) vencedor(es) dos serviços não prestarão garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, visto que a contratação será executada por demanda, no caso locação por diárias, de forma eventual, bem como os valores contratuais são pequenos e a garantia pode onerar os valores contratados.

A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

ESPECIFICAÇÕES DOS VEÍCULOS, EM CARÁTER EVENTUAL (POR DIÁRIA), NAS REGIÕES NORDESTE, NORTE E SUL e NAS CIDADES CONTEMPLADAS PELO TAXIGOV.

I- GRUPO 1 (REGIÃO NORDESTE – EVENTUAL)

1. veículo tipo executivo, SEM motorista, para atender o Gabinete do Ministro e a Secretaria Executiva (e SECEX Adjunta), deverá possuir as seguintes características mínimas: ser 4 portas, 5 lugares, com ar-condicionado, direção hidráulica, air bag, freio ABS, cor preferencialmente preta, nacional ou importado, potência mínima de 150 CV, com até 05 anos de fabricação ou 60.000 km, diária com quilometragem livre e veículo dotado de todos os equipamentos e acessórios exigidos pelo CONTRAN.
2. veículo tipo executivo, COM motorista, para atender o Gabinete do Ministro e a Secretaria Executiva (e SECEX Adjunta), deverá possuir as seguintes características mínimas: ser 4 portas, 5 lugares, com ar-condicionado, direção hidráulica, air bag, freio ABS, cor preferencialmente preta, nacional ou importado, potência mínima de 150 CV, com até 05 anos de fabricação ou 60.000 km, diária com quilometragem livre e veículo dotado de todos os equipamentos e acessórios exigidos pelo CONTRAN.
3. veículo tipo comum (básico), SEM motorista, deverá ser novo ou seminovo, com no máximo 03 (três) anos de fabricação, em perfeito estado de conservação, 04 (quatro) portas, ar-condicionado, de cor preferencialmente branca ou prata única, bicomcombustível, motor de capacidade mínima de 100 (cem) cavalos de potência, capacidade para 5 (cinco) passageiros (incluindo o motorista), diária com quilometragem livre e veículo dotado de todos os equipamentos e acessórios exigidos pelo CONTRAN.
4. veículo tipo comum (básico), COM motorista, deverá ser novo ou seminovo, com no máximo 03 (três) anos de fabricação, em perfeito estado de conservação, 04 (quatro) portas, ar-condicionado, de cor preferencialmente branca ou prata única, bicomcombustível, motor de capacidade mínima de 100 (cem) cavalos de potência, capacidade para 5 (cinco) passageiros (incluindo o motorista), diária com quilometragem livre e veículo dotado de todos os equipamentos e acessórios exigidos pelo CONTRAN.
5. Os veículos devem ser entregues com tanque cheio, seguindo as demais regras de locação de mercado, por diária.

II- GRUPO 2 (REGIÃO NORTE – EVENTUAL)

1. veículo tipo executivo, SEM motorista, para atender o Gabinete do Ministro e a Secretaria Executiva (e SECEX Adjunta), deverá possuir as seguintes características mínimas: ser 4 portas, 5 lugares, com ar-condicionado, direção hidráulica, air bag, freio ABS, cor preferencialmente preta, nacional ou importado, potência mínima de 150 CV, com até 05 anos de fabricação ou 60.000 km, diária com quilometragem livre e veículo dotado de todos os equipamentos e acessórios exigidos pelo CONTRAN.
2. veículo tipo executivo, COM motorista, para atender o Gabinete do Ministro e a Secretaria Executiva (e SECEX Adjunta), deverá possuir as seguintes características mínimas: ser 4 portas, 5 lugares, com ar-condicionado, direção hidráulica, air bag, freio ABS, cor preferencialmente preta, nacional ou importado, potência mínima de 150 CV, com até 05 anos de fabricação ou 60.000 km, diária com quilometragem livre e veículo dotado de todos os equipamentos e acessórios exigidos pelo CONTRAN.
3. veículo tipo comum (básico), SEM motorista, deverá ser novo ou seminovo, com no máximo 03 (três) anos de fabricação, em perfeito estado de conservação, 04 (quatro) portas, ar-condicionado, de cor preferencialmente branca ou prata única, bicomcombustível, motor de capacidade mínima de 100 (cem) cavalos de potência, capacidade para 5 (cinco) passageiros (incluindo o motorista), diária com quilometragem livre e veículo dotado de todos os equipamentos e acessórios exigidos pelo CONTRAN.
4. veículo tipo comum (básico), COM motorista, deverá ser novo ou seminovo, com no máximo 03 (três) anos de fabricação, em perfeito estado de conservação, 04 (quatro) portas, ar-condicionado, de cor preferencialmente branca ou prata única, bicomcombustível, motor de capacidade mínima de 100 (cem) cavalos de potência, capacidade para 5 (cinco) passageiros (incluindo o motorista), diária com quilometragem livre e veículo dotado de todos os equipamentos e acessórios exigidos pelo CONTRAN.
5. Os veículos devem ser entregues com tanque cheio, seguindo as demais regras de locação de mercado, por diária.

III- GRUPO 3 (REGIÃO SUL – EVENTUAL)

1. veículo tipo executivo, SEM motorista, para atender o Gabinete do Ministro e a Secretaria Executiva (e SECEX Adjunta), deverá possuir as seguintes características mínimas: ser 4 portas, 5 lugares, com ar-condicionado, direção hidráulica, air bag, freio ABS, cor preferencialmente preta, nacional ou

- importado, potência mínima de 150 CV, com até 05 anos de fabricação ou 60.000 km, diária com quilometragem livre e veículo dotado de todos os equipamentos e acessórios exigidos pelo CONTRAN.
2. veículo tipo executivo, COM motorista, para atender o Gabinete do Ministro e a Secretaria Executiva (e SECEX Adjunta), deverá possuir as seguintes características mínimas: ser 4 portas, 5 lugares, com ar-condicionado, direção hidráulica, air bag, freio ABS, cor preferencialmente preta, nacional ou importado, potência mínima de 150 CV, com até 05 anos de fabricação ou 60.000 km, diária com quilometragem livre e veículo dotado de todos os equipamentos e acessórios exigidos pelo CONTRAN.
3. veículo tipo comum (básico), SEM motorista, deverá ser novo ou seminovo, com no máximo 03 (três) anos de fabricação, em perfeito estado de conservação, 04 (quatro) portas, ar-condicionado, de cor preferencialmente branca ou prata única, bicombustível, motor de capacidade mínima de 100 (cem) cavalos de potência, capacidade para 5 (cinco) passageiros (incluindo o motorista), diária com quilometragem livre e veículo dotado de todos os equipamentos e acessórios exigidos pelo CONTRAN.
4. veículo tipo comum (básico), COM motorista, deverá ser novo ou seminovo, com no máximo 03 (três) anos de fabricação, em perfeito estado de conservação, 04 (quatro) portas, ar-condicionado, de cor preferencialmente branca ou prata única, bicombustível, motor de capacidade mínima de 100 (cem) cavalos de potência, capacidade para 5 (cinco) passageiros (incluindo o motorista), diária com quilometragem livre e veículo dotado de todos os equipamentos e acessórios exigidos pelo CONTRAN.
5. Os veículos devem ser entregues com tanque cheio, seguindo as demais regras de locação de mercado, por diária.

No MMA, as cidades, até a conclusão deste ETP, que são atendidas por TAXIGOV constam nos processos abaixo:

- Processo - 02000.002887/2021-39 - Contrato 06/2021 - Abrangência com origem e destino nos Municípios de Belo Horizonte, Betim, Brumadinho, Caeté, Confins, Contagem, Ibirité, Itabirito, Itaúna, Lagoa Santa, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Sabará, Santa Luzia, Sete Lagoas e Vespasiano;
- Processo - 02000.002886/2021-94 - Contrato 07/2021 - Abrangência com origem e destino nos Município de Florianópolis, Biguaçu, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz e São José;
- Processo - 02000.002885/2021-40 - Contrato 08/2021 - Abrangência com origem e destino nos Municípios de Cuiabá e Várzea Grande;
- Processo - 02000.002514/2021-68 - Contrato 09/2021 - Abrangência com origem e destino no Município de Goiânia e Região metropolitana;
- Processo - 02000.002500/2021-44 - Contrato 11/2021 - Abrangência com origem e destino no Município de Vitória e Região Metropolitana;
- Processo - 02000.002501/2021-99 - Contrato 12/2021 - Abrangência com origem e destino no Município de Maceió e Região Metropolitana.

11. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

1. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A quantidade de diárias para os veículos em caráter eventual, a serem demandados nas demais Unidades da Federação, exceto o Distrito Federal, teve como base as informações do Gabinete do Ministro, levando em consideração ao quantitativo de viagens realizadas no

presente ano, em função da agenda ministerial para tratar das políticas públicas do MMA ligadas à promoção e adoção de princípios e estratégias para o conhecimento, a proteção e a recuperação do meio ambiente, o uso sustentável dos recursos naturais, a valorização dos serviços ambientais e a inserção do desenvolvimento sustentável na formulação e na implementação de políticas públicas, desenvolvidas fora do DF.

Mas também se baseou nas demandas ocorridas no MMA para envio de servidores e autoridades do GM, SECEX e demais secretarias para fins de serviços institucionais.

Para dimensionamento do quantitativo, verificamos que veículos executivos são muito demandados fora do DF, chegando a 25 (vinte e cinco) diárias de veículos de representação somente no Sudeste, nos últimos 12 (doze) meses, sem contabilizar o uso dos serviços de TAXIGOV, ou de viagens realizadas em veículos oficiais de outras unidades vinculadas ao MMA, como IBAMA e ICMBIO, no Centro_Oeste e Sudeste e nas regiões que o atual contrato não contempla.

dez2020 a nov2021	CENTRO OESTE		SUDESTE	
	GM/SECEX	secretarias	GM/SECEX	secretar
diárias COM motorista	-	30	4	46
diárias SEM motoristas	1	17	21	5

Percebemos a necessidade de projetar essa necessidade para o próximo contrato, replicando-a às demais regiões do Brasil em alguma proporção, conforme percepção da assessoria do GM representada nas reuniões da equipe de planejamento da contratação pelo seu integrante, que conhece as necessidades do GM.

Tal projeção foi registrada nos quadro abaixo.

GRUPO 1 (REGIÃO NORDESTE – EVENTUAL)

GRUPO	ITEM	TIPO DO VEÍCULO/DESCRIÇÃO	ÁREA DE ATUAÇÃO	QTD. ESTIMADA DIÁRIAS ANUAL
	1	veículo tipo executivo, SEM motorista, para atender o Gabinete do Ministro e a Secretaria Executiva (e SECEX Adjunta), deverá possuir as seguintes características mínimas: ser 4 portas, 5 lugares, com ar-condicionado, direção hidráulica, air bag, freio ABS, cor preferencialmente preta, nacional ou importado, potência mínima de 150 CV, com até 05 anos de fabricação ou 60.000 km, diária com quilometragem livre e veículo dotado de todos	NORDESTE	15

1		os equipamentos e acessórios exigidos pelo CONTRAN.		
	2	veículo tipo executivo, COM motorista, para atender o Gabinete do Ministro e a Secretaria Executiva (e SECEX Adjunta), deverá possuir as seguintes características mínimas: ser 4 portas, 5 lugares, com ar-condicionado, direção hidráulica, air bag, freio ABS, cor preferencialmente preta, nacional ou importado, potência mínima de 150 CV, com até 05 anos de fabricação ou 60.000 km, diária com quilometragem livre e veículo dotado de todos os equipamentos e acessórios exigidos pelo CONTRAN.	NORDESTE	15
	3	veículo tipo comum (básico), SEM motorista, deverá ser novo ou seminovo, com no máximo 03 (três) anos de fabricação, em perfeito estado de conservação, 04 (quatro) portas, ar-condicionado, de cor preferencialmente branca ou prata única, bicomustível, motor de capacidade mínima de 100 (cem) cavalos de potência, capacidade para 5 (cinco) passageiros (incluindo o motorista), diária com quilometragem livre e veículo dotado de todos os equipamentos e acessórios exigidos pelo CONTRAN.	NORDESTE (exceto municípios com TAXIGOV)	15
	4	veículo tipo comum (básico), COM motorista, deverá ser novo ou seminovo, com no máximo 03 (três) anos de fabricação, em perfeito estado de conservação, 04 (quatro) portas, ar-condicionado, de cor preferencialmente branca ou prata única, bicomustível, motor de capacidade mínima de 100 (cem) cavalos de potência, capacidade para 5 (cinco) passageiros (incluindo o motorista), diária com quilometragem livre e veículo dotado de todos os equipamentos e acessórios exigidos pelo CONTRAN.	NORDESTE (exceto municípios com TAXIGOV)	15

GRUPO 2 (REGIÃO NORTE – EVENTUAL)

GRUPO	ITEM	TIPO DO VEÍCULO/DESCRIÇÃO	ÁREA DE ATUAÇÃO	QTD. ESTIMADA DIÁRIAS ANUAL
		veículo tipo executivo, SEM motorista, para atender o Gabinete do Ministro e a Secretaria Executiva (e SECEX Adjunta), deverá possuir as seguintes características mínimas: ser 4 portas, 5 lugares, com ar-condicionado, direção		

2	5	hidráulica, air bag, freio ABS, cor preferencialmente preta, nacional ou importado, potência mínima de 150 CV, com até 05 anos de fabricação ou 60.000 km, diária com quilometragem livre e veículo dotado de todos os equipamentos e acessórios exigidos pelo CONTRAN.	NORTE	15
	6	veículo tipo executivo, COM motorista, para atender o Gabinete do Ministro e a Secretaria Executiva (e SECEX Adjunta), deverá possuir as seguintes características mínimas: ser 4 portas, 5 lugares, com ar-condicionado, direção hidráulica, air bag, freio ABS, cor preferencialmente preta, nacional ou importado, potência mínima de 150 CV, com até 05 anos de fabricação ou 60.000 km, diária com quilometragem livre e veículo dotado de todos os equipamentos e acessórios exigidos pelo CONTRAN.	NORTE	15
	7	veículo tipo comum (básico), SEM motorista, deverá ser novo ou seminovo, com no máximo 03 (três) anos de fabricação, em perfeito estado de conservação, 04 (quatro) portas, ar-condicionado, de cor preferencialmente branca ou prata única, bicom bustível, motor de capacidade mínima de 100 (cem) cavalos de potência, capacidade para 5 (cinco) passageiros (incluindo o motorista), diária com quilometragem livre e veículo dotado de todos os equipamentos e acessórios exigidos pelo CONTRAN.	NORTE (exceto municípios com TAXIGOV)	15
	8	veículo tipo comum (básico), COM motorista, deverá ser novo ou seminovo, com no máximo 03 (três) anos de fabricação, em perfeito estado de conservação, 04 (quatro) portas, ar-condicionado, de cor preferencialmente branca ou prata única, bicom bustível, motor de capacidade mínima de 100 (cem) cavalos de potência, capacidade para 5 (cinco) passageiros (incluindo o motorista), diária com quilometragem livre e veículo dotado de todos os equipamentos e acessórios exigidos pelo CONTRAN.	NORTE (exceto municípios com TAXIGOV)	15

GRUPO 3 (REGIÃO SUL – EVENTUAL)

GRUPO	ITEM	TIPO DO VEÍCULO/DESCRIÇÃO	ÁREA DE ATUAÇÃO	QTD. ESTIMADA DIÁRIAS ANUAL

3	9	veículo tipo executivo, SEM motorista, para atender o Gabinete do Ministro e a Secretaria Executiva (e SECEX Adjunta), deverá possuir as seguintes características mínimas: ser 4 portas, 5 lugares, com ar-condicionado, direção hidráulica, air bag, freio ABS, cor preferencialmente preta, nacional ou importado, potência mínima de 150 CV, com até 05 anos de fabricação ou 60.000 km, diária com quilometragem livre e veículo dotado de todos os equipamentos e acessórios exigidos pelo CONTRAN.	SUL (exceto municípios com TAXIGOV)	15
	10	veículo tipo executivo, COM motorista, para atender o Gabinete do Ministro e a Secretaria Executiva (e SECEX Adjunta), deverá possuir as seguintes características mínimas: ser 4 portas, 5 lugares, com ar-condicionado, direção hidráulica, air bag, freio ABS, cor preferencialmente preta, nacional ou importado, potência mínima de 150 CV, com até 05 anos de fabricação ou 60.000 km, diária com quilometragem livre e veículo dotado de todos os equipamentos e acessórios exigidos pelo CONTRAN.	SUL	15
	11	veículo tipo comum (básico), SEM motorista, deverá ser novo ou seminovo, com no máximo 03 (três) anos de fabricação, em perfeito estado de conservação, 04 (quatro) portas, ar-condicionado, de cor preferencialmente branca ou prata única, bicomcombustível, motor de capacidade mínima de 100 (cem) cavalos de potência, capacidade para 5 (cinco) passageiros (incluindo o motorista), diária com quilometragem livre e veículo dotado de todos os equipamentos e acessórios exigidos pelo CONTRAN.	SUL (exceto municípios com TAXIGOV)	15
	12	veículo tipo comum (básico), COM motorista, deverá ser novo ou seminovo, com no máximo 03 (três) anos de fabricação, em perfeito estado de conservação, 04 (quatro) portas, ar-condicionado, de cor preferencialmente branca ou prata única, bicomcombustível, motor de capacidade mínima de 100 (cem) cavalos de potência, capacidade para 5 (cinco) passageiros (incluindo o motorista), diária com quilometragem livre e veículo dotado de todos os equipamentos e acessórios exigidos pelo CONTRAN.	SUL (exceto municípios com TAXIGOV)	15

12. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.235.113,93

Os valores de referência para contratação que seguem na tabela abaixo foram obtidos a partir de consulta ao Painel de Preços, em contratos com a administração pública federal e com fornecedores, nos termos estabelecidos na Instrução Normativa nº 73/2020.

A estimativa de preços para a presente contratação, conforme valores definidos em tópico do presente estudo, perfaz no valor total estimado de R\$ 138.403,68 (cento e trinta e oito mil, quatrocentos e três reais e sessenta e oito centavos), assim distribuídos considerando os valores para veículos eventuais (por diária).

GRUPO 1 - (REGIÃO NORDESTE - EVENTUAL)	ITEM	DESCRIÇÃO	QTD. DIÁRIAS ANUAL	VALOR UNIT. DA DIÁRIA	VALOR TOTAL ANUAL
	1	Veículo executivo sem motorista	15	R\$ 745,00	R\$ 11.175,00
	2	Veículo executivo com motorista	15	R\$ 1.213,48	R\$ 18.202,20
	3	Veículo comum (básico) sem motorista	15	R\$ 360,00	R\$ 5.400,00
	4	Veículo comum (básico) com motorista	15	R\$ 679,45	R\$ 10.191,81
	VALOR GLOBAL - GRUPO 1				R\$ 44.969,01

	ITEM	DESCRIÇÃO	QTD. DIÁRIAS ANUAL	VALOR UNIT. DA DIÁRIA	VALOR TOTAL ANUAL
	5	Veículo executivo sem motorista	15	R\$ 770,00	R\$ 11.550,00
	6	Veículo executivo com motorista	15	R\$ 1.461,83	R\$ 21.927,40

GRUPO 2 - (REGIÃO NORTE - EVENTUAL)	7	Veículo comum (básico) sem motorista	15	R\$ 371,67	R\$ 5.575,00
	8	Veículo comum (básico) com motorista	15	R\$ 863,45	R\$ 12.951,81
	VALOR GLOBAL - GRUPO 2				R\$ 52.004,21

GRUPO 3 - (REGIÃO SUL - EVENTUAL)	ITEM	DESCRIÇÃO	QTD. DIÁRIAS ANUAL	VALOR UNIT. DA DIÁRIA	VALOR TOTAL ANUAL
	9	Veículo executivo sem motorista	15	R\$ 770,00	R\$ 11.550,00
	10	Veículo executivo com motorista	15	R\$ 895,25	R\$ 13.428,71
	11	Veículo comum (básico) sem motorista	15	R\$ 373,33	R\$ 5.600,00
	12	Veículo comum (básico) com motorista	15	R\$ 723,45	R\$ 10.851,75
	VALOR GLOBAL - GRUPO 3				R\$ 41.430,46

VALOR GLOBAL DA CONTRATAÇÃO	R\$ 138.403,68
------------------------------------	-----------------------

A análise crítica procurou obter preços aceitáveis de contratações similares de outros entes públicos e com fornecedores, a fim de tratar eventuais variações de valor encontradas na pesquisa.

Não foram descartados preços, por terem sido considerados similares entre si, observando ser comum que preços obtidos junto a fornecedores costumam superar preços obtidos junto a órgãos públicos.

Todos os Grupos obtiveram 3(três) ou mais preços, com exceção do Grupo 1, com 2 (dois) preços. Isso pode ser justificado pela peculiaridade dos serviços (combustível, manutenção, seguro, sem motorista) e das características dos veículos (representação, blindado, SUV), foi difícil obter preços no mercado.

Assim, com base nos valores obtidos nesta pesquisa de mercado, resumidos no quadro-resumo 0879642, a estimativa do valor total desta contratação é de **R\$ 138.403,68 (cento e trinta e oito mil, quatrocentos e três reais e sessenta e oito centavos)**, para o período de 12 (doze) meses.

13. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Com o fito de ampliação da competitividade bem como da viabilização de atingimento de economia de escala, com o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, a Lei de Licitações e Contratos estabeleceu em seu artigo 23, §1º, a obrigatoriedade da Administração Pública em promover o parcelamento do objeto, quando houver viabilidade técnica e econômica para tanto.

Como leciona Marçal Justen Filho, em sua obra Comentários a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 13ª edição, o objetivo maior da obrigatoriedade do parcelamento do objeto é a ampliação das vantagens econômicas para a Administração, na medida em que se reduzem as despesas administrativas.

No entendimento do ilustre autor “a possibilidade de participação de maior número de interessados não é objetivo imediato e primordial, mas via instrumento de se obter melhores ofertas (em virtude do aumento da competitividade). Logo, a Administração não pode justificar um fracionamento que acarretar em elevação de custos através do argumento de benefício a um número maior de particulares”.

Isso significa em poucas palavras que, não obstante a legislação tenha adotado como regra o parcelamento do objeto, o mesmo somente se justifica e encontra fundamento, quando houver viabilidade técnica e, principalmente, ganho econômico para a Administração Pública. Nesse sentido a Decisão 348/1999, Plenário do TCU:

“Na forma do art. 23, § 1º da Lei 8.666/93, deve a Administração buscar o parcelamento do objeto, com vistas a melhor aproveitar os recursos do mercado e, sobretudo, ampliar a competitividade do certame. Todavia, essa orientação exige que o parcelamento somente seja efetuado quando não resultar em perda de economia de escala. Não se pode esquecer, e nisso andou bem o legislador, que a licitação é procedimento administrativo que visa, entre outros aspectos, a que a Administração contrate de forma mais vantajosa possível. Logo, não seria razoável, além de ser ilegal, que o parcelamento venha ocasionar economia de escala e, por via de consequência, maiores custos para a Administração Pública.”

No mesmo sentido, o Professor Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, que no Parecer nº 2086 /00, elaborado no Processo nº 194/2000 do TCDF, manifestou da seguinte forma:

“Desse modo a regra do parcelamento deve ser coordenada com o requisito que a própria lei definiu: só se pode falar em parcelamento quando há viabilidade técnica para sua adoção. Não se imagina, quando o objeto é fisicamente único, como um automóvel, que o administrador esteja vinculado a parcelar o objeto. Nesse sentido, um exame atento dos tipos de objeto licitados pela Administração Pública evidencia que embora sejam divisíveis, há interesse técnico na manutenção da unicidade, da licitação ou do item da mesma. Não é pois a simples divisibilidade, mas a viabilidade técnica que

dirige o processo decisório. Observa-se que, na aplicação dessa norma, até pela disposição dos requisitos, fisicamente dispostos no seu conteúdo, a avaliação sob o aspecto técnico precede a avaliação sob o aspecto econômico. É a visão jurídica que se harmoniza com a lógica. Se um objeto, divisível, sob o aspecto econômico for mais vantajoso, mas houver inviabilidade técnica em que seja licitado em separado, de nada valerá a avaliação econômica. Imagine-se ainda esse elementar exemplo do automóvel: se por exemplo as peças isoladamente custassem mais barato, mesmo assim, seria recomendável o não parcelamento, pois sob o aspecto técnico é a visão do conjunto que iria definir a garantia do fabricante, o ajuste das partes compondo todo único, orgânico e harmônico. Por esse motivo, deve o bom administrador, primeiramente, avaliar se o objeto é divisível. Em caso afirmativo, o próximo passo será avaliar a conveniência técnica de que seja licitado inteiro ou dividido"

Além disso, a ausência de prejuízo econômico é requisito insculpido na Súmula 247 da Corte de Contas para o parcelamento do objeto:

“É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.”

Considerando as razões acima, no presente caso deste ETP, entendemos que há a necessidade de parcelamento da solução uma vez que um único item não atende as demandas de diferentes localidades e unidades de medidas distintas, no caso veículos eventuais, suas características/modelos, cuja mensuração será por diária

Conforme a Súmula do TCU, extrai-se a necessidade de a Administração adotar a licitação por preço por item quando não houver perda de economia de escala e prejuízo ao conjunto ou complexo.

De acordo com os normativos vigentes, há 4 métodos para proceder o parcelamento do objeto da licitação:

- a) Realização de licitações distintas, uma para cada parcela do objeto (parcelamento formal);
- b) Realização de uma única licitação, com cada parcela do objeto sendo adjudicada em um lote (ou grupo de itens) distinto (parcelamento formal);
- c) Realização de uma única licitação, com todo o objeto adjudicado a um único licitante, mas havendo permissão para que as licitantes disputem o certame em consórcios (parcelamento material);
- d) Realização de uma única licitação, com todo o objeto adjudicado a um único licitante, mas havendo permissão para que a licitante vencedora subcontrate uma parte específica do objeto (parcelamento material).

No caso em tela há enquadramento na opção “b”, parcelamento formal, a qual existirá vários grupos, sendo que cada grupo será composto por itens. Os itens agrupados estão relacionados entre si, seja pela especificidades dos serviços, no caso de serviços com e sem motorista, ou serviços em mesma localidade/região, uma vez que a adjudicação por grupo, trará qualidade e efetividade dos resultados, com ganho na economicidade dos preços e melhor gestão por parte do MMA e das próprias empresas contratadas.

14. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há no momento contratação interdependente à que se refere este estudo, uma vez que a solução escolhida prevê que todas as necessidades fiquem a cargo da empresa contratada, incluindo a locação do veículo, o combustível, manutenção, encargos diversos, etc.

A única contratação correlata é do TAXIGOV em todas as regiões, cujas cidades, às quais atende, foram removidas deste contratação, para evitar duplicidade de serviços contratados.

15. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Os serviços se tratam de atividades acessórias e complementares e estão alinhados ao Planejamento Estratégico do Ministério do Meio Ambiente, no apoio ao desenvolvimento das políticas públicas relacionadas às atividades fins do MMA.

Conforme item do do presente estudo, os serviços ora licitados estão disciplinados na Instrução Normativa Nº 10 de 23 de novembro de 2018 (Estabelece diretrizes e procedimentos para utilização do serviço de transporte terrestre, por demanda, pelos servidores, empregados e colaboradores a serviço dos órgãos e entidades da Administração Pública direta, autárquica e fundacional, no âmbito do Poder Executivo federal, localizados no Distrito Federal e entorno).

A contratação está prevista no Plano Anual de Contratações - PAC de 2022, item 284, Grupo Transporte de Servidores Regiões Norte, Nordeste e Sul.

16. Benefícios a serem alcançados com a contratação

São esperados os seguintes resultados com a contratação:

1. Verifica-se nessa forma de contratação que se atingiria um maior ganho de escala, dado ao maior escopo da contratação, redundando em maior economia para a Administração.
2. Ainda, a opção por agrupamento àqueles itens que possuem correlação com a execução, seja em função da localidade/região ou serviços por diária ou com mão de obra é considerada viável, desde que possuam mesma natureza e que guardem relação entre si, conforme disposto no Acórdão 5.260/2011 - 1ª Câmara, Acórdão 861 /2013 Plenário, TC006.719/2013-9, relatora Ministra Ana Arraes, de 10/04/2013.

3. organização, execução e acompanhamento dos veículos disponibilizados pela empresa;
 4. disponibilização de meios de comunicação eficientes entre contratante e contratada;
 4. qualidade, precisão e tempestividade na realização dos serviços;
 5. uniformização do modo de atuar no atendimento das demandas, em consonância com os padrões e exigências estabelecidas pelo MMA;
 6. redução dos custos para atendimento das demandas;
 7. melhoria contínua na sistematização dos serviços de locação, com vistas a alcançar melhor eficiência e eficácia.
 8. Em relação à eficácia, atendimento de todas as demandas logísticas e administrativas, no suporte à atividade finalística do Ministério do Meio Ambiente, inerentes aos serviços de transporte terrestre.
 10. Quanto à eficiência, assegurar a continuidade da prestação de tais serviços, e do uso racional dos recursos financeiros.
 11. Relativo ao aproveitamento dos recursos humanos espera-se o cumprimento, por parte da empresa contratada, de todas as obrigações e compromissos assumidos por ocasiões da contratação, pois, desse modo, não haverá a necessidade de rescisão contratual por motivos de descumprimento de cláusulas do contrato, permitindo ao órgão contratante, em vez de envidar esforços para a realização de nova licitação para contratação do mesmo objeto, destinar seus recursos humanos para outras atividades finalísticas deste Ministério.
 12. Manter em pleno funcionamento os serviços de transporte, haja vista a necessidade de locomoção das autoridades e servidores em deslocamento no Distrito Federal e entorno, bem como em outras localidades do país, uma vez dar continuidade aos serviços ora pretendidos, bem como complementar nas demais regiões do país não assistidas com os serviços.
- Ressaltamos que, não serão disponibilizados recursos materiais ou financeiros para a execução dos serviços, exceto os valores referentes ao pagamento pelos serviços efetivamente executados.

17. Providências a serem Adotadas

Não foram identificadas necessidades de adequação do ambiente para execução contratual.

18. Possíveis Impactos Ambientais

Critérios e práticas de sustentabilidade:

Em atendimento ao disposto nas IN's nº 01/2010 e 05/2017 da SLTI/MPOG a contratada deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços:

- a) Prever a destinação ambiental adequada das baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999;

- b) Fornecer aos seus empregados equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos serviços;
- c) Efetivar práticas de sustentabilidade ambiental, quando da execução dos serviços, utilizando produtos biodegradáveis, atóxicos, conforme ABNT NBR 15448-1 e 15448-2 economizando energia, gás, água, assim como separar seletivamente os resíduos oriundos da prestação dos serviços;
- d) Providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos pneus usados ou inservíveis originários da contratação, recolhendo-os aos pontos de coleta ou centrais de armazenamentos mantidos pelo respectivo fabricante ou importador, ou entregando-os ao estabelecimento que houver realizado a troca do pneu usado por um novo, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigos 1º e 9º da Resolução CONAMA nº 416, de 30/09/2009, e legislação correlata;
- e) Os veículos fornecidos deverão obedecer aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1, de 11/02/1993, e nº 272, de 14/09/2000, e legislação correlata, bem como aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resoluções CONAMA nº 18, de 06/05/1986, e nº 315, de 29/10/2002, e legislação correlata.

19. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

19.1. Justificativa da Viabilidade

O objeto deste ETP é viável considerando as ofertas de mercado identificadas, em atendimento à necessidade do Ministério do meio Ambiente

20. Responsáveis

MARCOS ANTONIO DA SILVA

Agente Administrativo

PAULO GIORDANNI DIAS LIMA

Analista Ambiental/Chefe DISEG

ALEXANDER FORTES DO NASCIMENTO

Assessor Especial

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - 1.
_Mapa_Comparativo_Resumo_TRANSPORTE_ABRIL_2022_NOVO_POS_AJUSTES_DA_PESQUISA__FINAL
- Anexo II - E-mails - Ajustes para o ETP.pdf (205.0 KB)
- Anexo III - NOVA_PESQUISA_PRECOS_2022.zip (9.04 MB)
- Anexo IV - CONTRATO ATUAL MMA_1TA_EVENTUAL.pdf (81.29 KB)
- Anexo V - CONTRATO ATUAL MMA_2TA_PERMANENTE.pdf (61.45 KB)

Anexo
_Mapa_Comparativo_Resumo_TRANSPORTE_ABRIL_2
pdf

MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS - RESUMO					
METODOLOGIA UTILIZADAS PARA ANÁLISE: MÉDIA					
GRUPO 1 - (REGIÃO NORDESTE - EVENTUAL)	ITEM	DESCRIÇÃO	QTD. DIÁRIAS ANUAL	VALOR UNIT. DA DIÁRIA	VALOR TOTAL ANUAL
	1	Veículo executivo sem motorista	15	R\$ 745,00	R\$ 11.175,00
	2	Veículo executivo com motorista	15	R\$ 1.213,48	R\$ 18.202,20
	3	Veículo comum (básico) sem motorista	15	R\$ 360,00	R\$ 5.400,00
	4	Veículo comum (básico) com motorista	15	R\$ 679,45	R\$ 10.191,81
	VALOR GLOBAL - GRUPO 1				R\$ 44.969,01
GRUPO 2 - (REGIÃO NORTE - EVENTUAL)	ITEM	DESCRIÇÃO	QTD. DIÁRIAS ANUAL	VALOR UNIT. DA DIÁRIA	VALOR TOTAL ANUAL
	5	Veículo executivo sem motorista	15	R\$ 770,00	R\$ 11.550,00
	6	Veículo executivo com motorista	15	R\$ 1.461,83	R\$ 21.927,40
	7	Veículo comum (básico) sem motorista	15	R\$ 371,67	R\$ 5.575,00
	8	Veículo comum (básico) com motorista	15	R\$ 863,45	R\$ 12.951,81
	VALOR GLOBAL - GRUPO 2				R\$ 52.004,21
GRUPO 3 - (REGIÃO SUL - EVENTUAL)	ITEM	DESCRIÇÃO	QTD. DIÁRIAS ANUAL	VALOR UNIT. DA DIÁRIA	VALOR TOTAL ANUAL
	9	Veículo executivo sem motorista	15	R\$ 770,00	R\$ 11.550,00
	10	Veículo executivo com motorista	15	R\$ 895,25	R\$ 13.428,71
	11	Veículo comum (básico) sem motorista	15	R\$ 373,33	R\$ 5.600,00
	12	Veículo comum (básico) com motorista	15	R\$ 723,45	R\$ 10.851,75
	VALOR GLOBAL - GRUPO 3				R\$ 41.430,46
VALOR GLOBAL DA CONTRATAÇÃO				R\$	138.403,68

Anexo II - E-mails - Ajustes para o ETP.pdf

RES: ETP Veículos do Ministro - COLABORAÇÃO

Alexander Fortes do Nascimento

ter 23/11/2021 09:14

Para: Vinicius Mendes Machado <vinicius.machado@mma.gov.br>;

Boa tarde.

1. Poderia verificar se em função das alterações será necessário manter o item para as despesas com combustível tag's e estacionamento nas regiões sem veículo blindado, da forma como está? Ou se nestes casos a exigência da entrega dos veículos com tanque cheio supre a necessidade?

Resposta: As solicitações de despesas com combustível tag's e estacionamento Refere-se apenas para os veículos que irão atender ao MMA em Brasília e entorno. Todos os demais seguem as regras de locação de mercado.

2. Favor inserir o valor estimado para estas despesas para os grupos, se assim permanecer, bem como incluir valor para o DF.

Resposta: combustível, considerando o deslocamento mensal de 1.500 Km, consumo estimado de 5 km/l e valor do combustível R\$ 7,50 é de aproximadamente R\$ 2.250,00 (por veículo).

Estacionamento e pedágios: R\$ 600,00 (por veículo).

3. Favor incluir também a quantidade de diárias para a região centro oeste.

Resposta: 20

À disposição para esclarecimentos.

Grato.

De: Vinicius Mendes Machado <vinicius.machado@mma.gov.br>

Enviada em: quinta-feira, 11 de novembro de 2021 17:17

Para: Alexander Fortes do Nascimento <alexander.fortes@mma.gov.br>

Assunto: RES: ETP Veículos do Ministro - COLABORAÇÃO

Boa tarde,

Segue o arquivo com os ajustes propostos.

1. Poderia verificar se em função das alterações será necessário manter o item para as despesas com combustível tag's e estacionamento nas regiões sem veículo blindado, da forma como está? Ou se nestes casos a exigência da entrega dos veículos com tanque cheio supre a necessidade?
2. Favor inserir o valor estimado para estas despesas para os grupos, se assim permanecer, bem como incluir valor para o DF o.
3. Favor incluir também a quantidade de diárias para a região centro oeste.

Att

Vinicius Mendes Machado

<https://correo.mma.gov.br/owa/#path=/mail/search>

Ministério do Meio Ambiente
Coordenação de Licitações
Tel.: 61 2028 1024

De: Alexander Fortes do Nascimento <alexander.fortes@mma.gov.br>

Enviada em: quinta-feira, 11 de novembro de 2021 10:26

Para: Vinicius Mendes Machado <vinicius.machado@mma.gov.br>

Assunto: ENC: ETP Veículos do Ministro - COLABORAÇÃO

Bom dia.

Ajustar a contratação de **Veículo tipo executivo blindado Apenas para a região sudeste.**

Pequenos ajustes no texto em Carmim.

Como foi ajustado que só haverá blindado na região sudeste, tem que excluir os itens:

Grupo 2 item 4

Grupo 3 item 7

Grupo 4 item 10

Grupo 5 item 13

Grato.

De: Vinicius Mendes Machado <vinicius.machado@mma.gov.br>

Enviada em: quarta-feira, 10 de novembro de 2021 14:59

Para: Alexander Fortes do Nascimento <alexander.fortes@mma.gov.br>; Paulo Giordanni Dias Lima <giordanni.lima@mma.gov.br>

Assunto: RES: ETP Veículos do Ministro - COLABORAÇÃO

Boa tarde, a todos

Segue em anexo a composição dos itens e grupos para a contratação de serviços de transportes a ser validado pelas áreas técnica e demandante dos serviços.

Caso não estejam de acordo. Favor efetuarem os ajustes no documento que julgarem pertinente.

Foram criados grupos por região/localidade de prestação dos serviços, onde as empresas participaram no processo licitatório naquele grupo de seu interesse. Podendo ser vencedor de um ou mais grupos (DF e Regiões).

Em cada grupo possui um item para custear as despesas com combustível, estacionamento, pedágios e no caso do DF, possui também a despesa de limpeza veicular, uma vez que o veículo será em caráter permanente.

Como não sou da área técnica ou demandante, há a necessidade de definição do valor anual para o custeio dessas despesas que fazem parte do grupo. Assim, deixei em vermelho para preenchimento e definição, por parte de vocês. a definição do valor anual que será utilizado de forma reembolsável, de acordo com o uso.

Há um outro item referente ao veículo para o Secretário Executivo, que será licitado nos mesmos moldes do contrato em vigor (com motorista, combustível e demais despesas), com franquia mínima mensal.

Assim que efetuarem a análise, ajustes e inclusão das demais informações do valor das despesas anuais, procederemos os demais encaminhamentos para a pesquisa mercadológica, fundamental para a finalização do ETP e do Termo de Referência.

Att.

Vinicius Mendes Machado
Ministério do Meio Ambiente
Coordenação de Licitações
Tel.: 61 2028 1024

De: Alexander Fortes do Nascimento <alexander.fortes@mma.gov.br>

Enviada em: terça-feira, 9 de novembro de 2021 17:30

Para: Vinicius Mendes Machado <vinicius.machado@mma.gov.br>; Antônio Roque Pedreira Júnior <antonio.pedreira@mma.gov.br>

Assunto: ETP Veículos do Ministro - COLABORAÇÃO

De: Alexander Fortes do Nascimento

Enviada em: quarta-feira, 3 de novembro de 2021 18:50

Para: Vinicius Mendes Machado <vinicius.machado@mma.gov.br>

Cc: José Leonardo Maniscalco <jose.maniscalco@mma.gov.br>; Antônio Roque Pedreira Júnior <antonio.pedreira@mma.gov.br>

Assunto: RES: Minuta do ETP Veículos do Ministro

Boa noite.

Segue a ETP com as correções julgadas cabíveis, na parte que coube a este assessor.

Grato.

De: Vinicius Mendes Machado <vinicius.machado@mma.gov.br>

Enviada em: sexta-feira, 29 de outubro de 2021 11:47

Para: Alexander Fortes do Nascimento <alexander.fortes@mma.gov.br>

Cc: Simone Marcia Borges <simone.borges@mma.gov.br>; Paulo Giordanni Dias Lima <giordanni.lima@mma.gov.br>

Assunto: Minuta do ETP Veículos do Ministro

Bom dia,

segue a minuta do ETP para contribuições e ajustes ao texto e modelo da contratação.

Att.

Vinicius Mendes

Coordenador de Licitações

**Anexo IV - CONTRATO ATUAL MMA_1TA_EVENTUAL.
pdf**



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO B - Bairro Esplanada, Brasília/DF, CEP 70068-901
Telefone: e Fax: @fax_unidade@ - http://www.mma.gov.br/

TERMO ADITIVO

Processo nº 02000.007073/2020-18

Unidade Gestora: 440001

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 02/2020 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE CELEBRAM ENTRE SI, O MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, POR INTERMÉDIO DA SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO E A EMPRESA FAST AUTOMOTIVE E TURISMO LTDA.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, órgão da Administração Pública Federal Direta, nos termos da Lei 13.901/2019, de 11/11/2019, e Decreto 9.672, de janeiro de 2019, com sede em Brasília - DF, situado na Esplanada dos Ministérios - Bloco B, inscrito no CNPJ sob o n. 37.115.375/0002-98, neste ato representado pelo Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração Substituto, MARIO FERNANDO DE ALMEIDA RIBEIRO, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade, inscrito no CPF sob o número 769.493.117-53, portador da Identidade número 027583462-0 MD/ES, nomeado pela Portaria número 26 do Ministro do Ministério do Meio Ambiente, publicada no DOU, página 35, seção 2, em 17 de janeiro de 2019, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa FAST AUTOMOTIVE E TURISMO LTDA, sediada na SHN QUADRA 01, CONJUNTO A, BLOCO B, LOJA 01, CEP 70701-020, inscrita no CNPJ nº 04.201.934/0001-42, doravante denominada, simplesmente, CONTRATADA, neste ato representada por seu representante legal, Sr. CARLOS ALBERTO LACERDA VIRGULINO, portador da Carteira de Identidade nº 953.174, SSP/DF, e CPF nº 160.085.294-72, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 02/2020, doravante denominado TERMO ADITIVO que será regido pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e legislação correlata, sob os termos e condições a seguir estabelecidos:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto a supressão de aproximadamente 0,28% (zero vírgula vinte e oito por cento) no valor global, com fulcro no art. 51, da IN/MP nº 05/2017, combinado com seu Anexo IX, Item 4; retificar o termo final do prazo de vigência originário do Contrato nº 02/2020, ficando estabelecido a vigência do Ajuste de 18/02/2020 a 18/02/2021, bem como prorrogar a vigência do Contrato nº 02/2020.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA PRORROGAÇÃO

2.1. A vigência do Contrato nº 02/2020 fica prorrogada por mais 12 (doze) meses, de 19/02/2021 até 18/02/2022, nos termos do inciso II, do art. 57, da Lei 8.666/93.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA SUPRESSÃO

Grupo 1 (Região Centro-Oeste)			
Item/Descrição	Estimativa de Diárias ao ano	Valor (R\$) anual da Diária do Serviços (24 horas) Contrato nº 02/2020	Valor (R\$) anual da Diária do Serviços (24 horas) Negociado
2 - Veículo Básico Eventual com Motorista	36	19.494,72	19.440,00
3 - Veículo Executivo Eventual com Motorista	36	24.494,76	24.444,00
4 - Veículo Básico Eventual sem Motorista	36	12.049,92	11.880,00
5 - Veículo Executivo Eventual sem Motorista	36	13.199,76	13.140,00
6 - Combustível para atender os veículos sem Motorista	- x -	9.339,84	9.339,84
		78.579,00	78.243,84
Grupo 4 (Região Sudeste)			
Item/Descrição	Estimativa de Diárias ao ano	Valor (R\$) anual da Diária do Serviços (24 horas) Contrato nº 02/2020	Valor (R\$) anual da Diária do Serviços (24 horas) Negociado
17 - Veículo Básico Eventual com Motorista	96	48.501,12	48.192,00
18 - Veículo Executivo Eventual com Motorista	96	63.848,64	63.840,00
19 - Veículo Básico Eventual sem Motorista	96	27.809,28	27.744,00
20 - Veículo Executivo Eventual sem Motorista	96	31.915,20	31.872,00
21 - Combustível para atender os veículos sem Motorista	- x -	24.969,60	24.969,60
		197.043,84	196.617,60

4. CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR DO CONTRATO

4.1. A partir do dia 19/02/2021, o valor global do contrato nº 02/2020, será de R\$ 274.861,44 (duzentos e setenta e quatro mil oitocentos e sessenta e um reais e quarenta e quatro centavos).

5. CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Gestão/Unidade: 440001

Fonte: 01000

Programa de Trabalho: 18122003220000001

Elemento de Despesa: 33.90.33

Nota de Empenho: 2021NE0000064

6. CLÁUSULA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

6.1. A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do presente Termo Aditivo na imprensa oficial até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA RATIFICAÇÃO

7.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do CONTRATO ORIGINAL e de outros instrumentos não modificadas por este Termo Aditivo.

8. CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

8.1. As partes elegem o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Brasília - DF para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento deste instrumento, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

8.2. E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Termo Aditivo em 1 (uma) via, eletronicamente, a qual, depois de lida, também é assinada eletronicamente, por meio de login e senha, pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA.

CARLOS ALBERTO LACERDA VIRGULINO
FAST AUTOMOTIVE E TURISMO LTDA

MARIO FERNANDO DE ALMEIDA RIBEIRO
Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração - Substituto



Documento assinado eletronicamente por CARLOS ALBERTO LACERDA VIRGULINO, Usuário Externo, em 17/02/2021, às 16:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por Mario Fernando de Almeida Ribeiro, Subsecretário(a) de Planejamento, Orçamento e Administração - Substituto(a), em 17/02/2021, às 17:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 0686524 e o código CRC ADCE197F.

**Anexo V - CONTRATO ATUAL
MMA_2TA_PERMANENTE.pdf**



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO B - Bairro Esplanada, Brasília/DF, CEP 70068-901
Telefone: e Fax: @fax_unidade@ - http://www.mma.gov.br/

TERMO ADITIVO

Processo nº 02000.006739/2019-79

Unidade Gestora: 440001

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 01/2020 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE CELEBRAM ENTRE SI, O MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, POR INTERMÉDIO DA SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO E A EMPRESA FAST AUTOMOTIVE E TURISMO LTDA.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, órgão da Administração Pública Federal Direta, nos termos da Lei 13.844, de 18 de junho de 2019, Decreto nº 10.455, de 11 de agosto de 2020 e Portaria MMA nº 1 SECEX, de 04/02/2021, com sede em Brasília - DF, situado na Esplanada dos Ministérios - Bloco B, inscrito no CNPJ sob o n. 37.115.375/0002-98, neste ato representado pelo Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração, Substituto, **MARIO FERNANDO DE ALMEIDA RIBEIRO**, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade, inscrito no CPF sob o número 769.493.117-53, portador da identidade número 027583462-0 MD/EB, nomeado pela Portaria número 26 do Ministro do Ministério do Meio Ambiente, publicada no DOU, página 35, seção 2, em 17 de janeiro de 2019, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa **FAST AUTOMOTIVE E TURISMO LTDA**, sediada na SHN QUADRA 01, CONJUNTO A, BLOCO B, LOJA 01, CEP 70701-020, inscrita no CNPJ nº 04.201.934/0001-42, doravante denominada, simplesmente, **CONTRATADA**, neste ato representada por seu representante legal, Sr. **CARLOS ALBERTO LACERDA VIRGULINO**, portador da Carteira de Identidade nº 953.174, SSP/DF, e CPF nº 160.085.294-72, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 01/2020, doravante denominado TERMO ADITIVO que será regido pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e legislação correlata, sob os termos e condições a seguir estabelecidos:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto a retirada do aviso prévio indenizado.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO

2.1. Após as alterações referentes a retirada do aviso prévio indenizado, seguem os novos valores contratuais:

QUADRO DEMONSTRATIVO DO VALOR GLOBAL DA PROPOSTA (veículo executivo permanente)	
Valor do Quilômetro Rodado por Veículo para a Franquia	R\$ 9.4398
Franquia Mensal de Km Garantida por Veículo	1.300
Franquia Anual Garantida de Km Rodado (para todos os veículos)	31.200
Quantidade prevista de veículos	2
Valor Total da Franquia	R\$ 294.521,76
Valor do Quilômetro Excedente (Km/mês)	R\$ 0,25
Estimativa Mensal de Km Rodado por Veículo (quilometragem excedente à franquia)	300
Estimativa Anual de Km Rodado por Veículo (quilometragem excedente à franquia)	3600
Estimativa Anual de Km Rodado para todos os Veículos (quilometragem excedente à franquia)	7200
Valor Total do Quilômetro Excedente (Km/mês)	R\$ 1.800,00
Valor Global da Proposta (valor total franquia + valor total do quilômetro excedente)	R\$ 296.321,76

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO

3.1. O valor global do contrato é de R\$ 296.321,76 (duzentos e noventa e seis mil, trezentos e vinte e um reais e setenta e seis centavos).

4. CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Gestão/Unidade: 440001

Fonte: 01000

Programa de Trabalho: 18122003220000001

Elemento de Despesa: 33.90.33

Nota de Empenho: 2021NE0000064

5. CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

5.1. A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do presente Termo Aditivo na imprensa oficial até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA RATIFICAÇÃO

6.1. Permanecem inalteradas as demais Cláusulas e condições do CONTRATO ORIGINAL e de outros instrumentos não modificados por este Termo Aditivo.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1. As partes elegem o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Brasília - DF para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento deste instrumento, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

7.2. E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Termo Aditivo em 1 (uma) via, eletronicamente, a qual, depois de lida, também é assinada eletronicamente, por meio de login e senha, pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA.

CARLOS ALBERTO LACERDA VIRGULINO
FAST AUTOMOTIVE E TURISMO LTDA

MARIO FERNANDO DE ALMEIDA RIBEIRO
Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração - Substituto



Documento assinado eletronicamente por CARLOS ALBERTO LACERDA VIRGULINO, Usuário Externo, em 01/06/2021, às 15:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por Mario Fernando de Almeida Ribeiro, Subsecretário(a) de Planejamento, Orçamento e Administração - Substituto(a), em 01/06/2021, às 16:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 0726127 e o código CRC A668E655.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

ANÁLISE DE RISCOS

Processo nº 02000.005548/2021-12

1. RISCOS DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO

PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR							
Id	Risco	Causa	Dano	Probabilidade	Impacto	Ação	Responsável
1	Não aprovação do planejamento da contratação	Falha na instrução processual	Atraso na contratação	Baixa	Médio	Preventiva: reuniões da Equipe de Planejamento com as Coordenações Gerais de Gestão Administração e de Compras e Contratos. Contingência: Análise e revisão dos pontos controvertidos para chegar a um entendimento comum.	Equipe de Planejamento, CGGA e CGCC
2	Demora na conclusão do procedimento licitatório	Rito procedimental	Atraso na contratação	Média	Médio	Preventiva: acompanhamento pela CGGA e CGCC, esclarecendo e orientando acerca do processo, com vistas à identificar falhas e/ou vícios e corrigi-los, quando necessário para seguir com a contratação.	Equipe de Planejamento, Pregoeiro, CGGA e CGCC
3	Proposta com valor superior ao máximo previsto	Alta margem de lucro ou variação nos preços entre a data da pesquisa de mercado e a data da sessão pública	Atraso na contratação	Baixa	Médio	Preventiva: pesquisa de mercado válida e acompanhamento pela CGGA e CGCC. Contingência: negociação pelo Pregoeiro junto ao vencedor da fase de lances da licitação, com vistas à obtenção de valores iguais ou inferiores aos máximos previstos; repetição da licitação.	Pregoeiro, CGGA e CGCC
						Preventiva: fazer a pesquisa de acordo com a realidade do mercado, evitando ao máximo, proposta não realista; Contingência: verificação pelo	

4	Proposta com valor abaixo do preço de mercado	Redução de preço na disputa licitatória	Pode gerar inexecução do contrato pela empresa.	Média	Alto	Pregoeiro se o preço ofertado na sessão Pública está abaixo do preço de mercado, devendo entrar em contato com a licitante e informá-la dos riscos dos valores inexecutáveis antes do encerramento da fase de aceitação de propostas; repetição da licitação.	Pregoeiro, CGGA e CGCC
5	Impugnação do edital de licitação	Diversa	Atraso na contratação	Baixa	Médio	Preventiva: revisão do edital de licitação; pesquisa em licitações similares quanto às principais causas de questionamentos administrativos e jurídicos; e resposta a todos os questionamentos administrativos de forma efetiva e eficaz. Contingência: repetição da licitação.	Equipe de Planejamento da Contratação, Pregoeiro, CGGA e CGCC
6	Licitação fracassada ou deserta	Ausência de proposta válida ou de participante da licitação	Atraso na contratação	Baixa	Médio	Preventiva: pesquisa de mercado e rigor na elaboração do edital; e pesquisa em licitações similares. Contingência: repetição da licitação.	Equipe de Planejamento da Contratação, Pregoeiro, CGGA e CGCC

GESTÃO DO CONTRATO							
Id	Risco	Causa	Dano	Probabilidade	Impacto	Ação	Responsável
1	Descumprimento de cláusulas contratuais pela empresa contratada	Diversa	Não execução dos serviços conforme contratado; atraso ou ausência de atendimento das demandas solicitadas	Média	Alto	Preventiva: estabelecimento no Termo de Referência de regras adequadas para a execução contratual; regular comunicação com a empresa desde a assinatura do contrato; e solicitação de explicações detalhadas e documentadas à empresa sobre alertas de atraso. Contingência: aplicação de sanções previstas no contrato; e rescisão contratual, com a verificação quanto à possibilidade de contratação de remanescente da licitação	Fiscais do Contrato, CGGA e CGCC

2	Atraso na execução do contrato devido à intempestividade do MMA em oferecer as condições necessárias para sua realização	Diversa	Interrupção da execução dos serviços	Baixa	Médio	Preventiva: estabelecimento de cronograma adequação no âmbito do MMA; e definição dos atores responsáveis pelos ajustes necessários à execução. Contingência: verificação das causas e correções.	Fiscais e Gestor do Contrato
3	Rescisão contratual	Diversa	Atraso ou ausência de atendimento das demandas contratadas	Baixa	Alto	Preventiva: estabelecimento no Termo de Referência de regras adequadas para a execução contratual; regular comunicação com a empresa desde a assinatura do contrato; e solicitação de explicações detalhadas e documentadas à empresa sobre alertas de atraso. Contingência: aplicação de sanções previstas no contrato; e efetuar novo processo de contratação, utilizando os artefatos de planejamento produzidos, com as atualizações baseadas na experiência adquirida no processo de gestão ou contratação de remanescente da licitação	Fiscais do Contrato, CGGA e CGCC

O presente documento segue aprovado e assinado pelos Integrantes da Equipe de Planejamento da Contratação, designada pelo documento de Instituição da Equipe de Planejamento da Contratação. (SEI 0885841)

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Giordanni Dias Lima, Chefe de Divisão**, em 26/04/2022, às 18:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0885842** e o código CRC **172BDCDA**.

